



VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

A CADEIRA DE HISTÓRIA NA PARAÍBA IMPERIAL

Maday de Souza Morais*

INICIANDO A CONVERSA

Dos historiadores espera-se que conheçam bem a historiografia, os pressupostos teóricos-metodológicos que orientam o seu trabalho, as técnicas de investigação, os procedimentos para o tratamento das fontes de pesquisa. Além de tudo isso, daqueles que são também professores de História, espera-se que conheçam os conteúdos, as práticas pedagógicas e os procedimentos didáticos. No entanto, não é usual esperar que eles conheçam, também, a história da disciplina que pesquisam ou que ensinam. Seria, porém, desejável que isso ocorresse. (Fonseca, 2003, p. 7)

Há quem diga que o conhecimento é uma arma. Não estamos aqui para discutir a veracidade, ou não desta ideia. A questão presente, como nos alertou Thais Fonseca (2003), é dialogar sobre a necessidade de se apreender sobre a temática que se propõe analisar. E esta uma tarefa, que no ponto de vista do profissional de História, jamais se esgotará. Dessa forma, este trabalho segue seus passos na tentativa de apresentar diálogos realizados até o momento, acerca do nosso objeto de estudo: a cadeira de História na Paraíba imperial.

História Cultural

* Licenciada em História pela Universidade Federal da Paraíba e Mestranda no Programa de Pós Graduação em História - UFPB. Contato: madamatrix@hotmail.com.

Buscamos a compreensão desde o seu processo de criação, os discursos oficiais produzidos no interior da instituição do Liceu Paraibano (1836),¹ e a maneira como a constituição dessa disciplina foi veiculada nos jornais da época. Isto é, circundar a trajetória da disciplina de História do Liceu na Província da Paraíba do Norte, e sua inserção na sociedade imperial a partir dos eixos sociopolíticos, culturais e econômicos.

Consideramos que acompanhar a trajetória da cadeira de História, apesar de ser apenas uma cadeira, é uma tarefa que envolve uma diversidade de olhares por parte do pesquisador, ou seja, espaços², objetos³, sujeitos⁴ e práticas⁵ estão em jogo.

Trabalhar com o ensino secundário é também estarmos atentos às perspectivas formuladas em torno dos saberes e do desenvolvimento dos educandos, que impetrariam valores que preenchessem “todos os seus deveres para com a sua família, para com os outros homens, e para consigo mesmo.”⁶

Outra perspectiva que perpassava as veias educacionais era a formação do Estado Nacional Brasileiro, como também a construção da história da nação. Estes ideais deveriam ser formados e aplicados no ambiente escolar (o saber histórico como disciplina e conteúdo), num “processo de legitimação de determinados conhecimentos”, como nos afirma Bittencourt (2008, p.98):

¹ Podemos dizer que o Liceu Paraibano do período imperial, foi uma instituição onde foram forjadas expectativas de formação futura para a população jovem paraibana. Informamos igualmente ao leitor, que estamos inteirados a respeito das discussões, em torno das tentativas de reconhecimento dos exames preparatórios desta instituição. “A desejada equiparação que só efetivou-se em 1870 com o Decreto Imperial n. 5429”. (Cury, 2006, p. 4117). Todavia, não nos deteremos com maiores apontamentos sobre esta questão.

² As instituições educacionais da Paraíba Imperial e as cadeiras de primeiras letras.

³ Mais precisamente, livros e compêndios. Para compreensão do significado dessas obras, trazemos a definição de um dicionário da época (1890), que conceitua *livro* como “colleção de cadernos em branco ou escriptos com letra de mão, ou impressos, cosidos e brochados ou encadernados”; e *compêndio* no sentido de “epitome, resumo do mais substancial, ou das noções elementares de alguma arte, sciencia, ou preceitos”.

⁴ Presidentes de província, diretores da instrução pública, diretores do Liceu, professores (as) e alunos (as), bibliotecários/porteiros/secretários, autores/tradutores dos livros/compêndios, como também os sujeitos que escreviam nos jornais.

⁵ Procuramos analisar as *práticas* diante do cotidiano que nos é colocado na documentação, na perspectiva conceitual da *cultura escolar*.

⁶ Trecho do Art. 37 do Regulamento – de 20 de Janeiro de 1849 (tópico *instrução moral e religiosa*). Os discentes teriam assim, seu estado de adiantamento escolar e sua conduta mapeados por diferentes ambientes - passando pelo lar, pelos (as) professores (as) e a instituição de ensino, a um plano provincial de instrução, que algumas vezes estaria respaldado no viés da Corte, no Rio de Janeiro (seja pelo contato através de notícias jornalísticas, pelas obras que circulavam pelas províncias, pelos contatos por relatórios oficiais, etc).

O ensino de História proposto com base nos primeiros programas escolares da escola pública imperial sofre mutações, foi objeto de disputas uma vez que especialistas interferiam e lutavam pelo domínio do saber a ser transmitido. A disputa entre as facções das classes dominantes, no âmbito do conhecimento histórico, foi visível no embate entre o predomínio de uma História Sagrada em contraposição à constituição de uma História laica, influenciada por métodos positivistas ou cientificistas. Por outro lado, a História desempenhou papéis diferenciados segundo as concepções de um programa predominantemente de “humanidades” e outro voltado para os estudos denominados “científicos”, no momento em que o tema da “universalidade” se defrontava com o do “nacionalismo”.

Dessa forma, estavam postas questões religiosas, políticas e científicas,⁷ que também se aproximam de outros debates, como as ideias pedagógicas sobre a criação dos livros (didáticos) de história, o pensamento civilizador/o ser cidadão/o homem brasileiro, etc. A circulação de ideias e materiais escolares (no caso, os livros e/ou compêndios de História) assistem igualmente a este estudo.

As discussões com a Nova História Cultural nos abrem um leque de possibilidades e visões, sobre as quais devemos realizar escolhas que nos levam aos conceitos, categorias e metodologias específicas. Compreendemos que a relação com as fontes ditas oficiais exigem bastante cuidado no processo de leitura e interpretação das mesmas, tendo em vista que elas partem de um local (social), com perspectivas e objetivos distintos; além da questão de que o pesquisador deve ter como perspectiva, que está adentrando ao universo do discurso e que não se pode ter certeza do que ocorreu na prática; tendo em vista que, muitas das vezes, o que estava no aparato legislativo (caso das leis imperiais paraibanas), não correspondia aos relatórios presidenciais, por exemplo.

A respeito das fontes, as mesmas já se encontram identificadas e catalogadas, e concentram-se nos discursos oficiais (leis e regulamentos, relatórios de presidentes de províncias, projetos, decretos, ofícios, comunicados, registros escolares - como mapas de alunos, entre outros) e nos jornais paraibanos (*A Opinião* - 1877, *A Regeneração* - 1861/1862, *A União Liberal* - 1879, *Arauto Parahybano* - 1888, *Diario da Parahyba* - 1884/1885, *Gazeta da Parahyba* - 1888/1889, *Imprensa* - 1858, *Jornal da Parahyba* - 1881/1882/1883/1886/1887, *O Despertador* - 1869, *O Imparcial* - 1861, e *O Publicador*

⁷ Na cidade da Paraíba do século XIX é possível encontrar essas nuances nos títulos da cadeira de História (Universal, Geral, do Brasil, da Paraíba, Natural, Santa/Sagrada, Pátria, Antiga e Moderna).

– 1884/1885/1886)⁸. Buscamos assim, através destas apreender os indícios da formação, ou mesmo, a história da cadeira de História na cidade da Paraíba durante o período imperial. Tendo em vista que as notícias jornalísticas aqui selecionadas focam a segunda metade do século XIX, manteremos nossa análise da primeira metade baseada na documentação oficial, citada anteriormente.

A leitura dos textos jornalísticos, já atenta às disputas partidárias e políticas - inseridas num contexto onde a *imparcialidade* era palavra de *ordem*, nos concede levantar questionamentos em relação às brechas da organização da cadeira de História aplicada na província paraibana, quando a instrução pública e/ou particular era agravada pelas grafias jornalísticas. Miranda nos afirma que:

Os discursos acerca da instrução permearam as páginas dos periódicos paraibanos, que, utilizados enquanto *corpus* documental, nos forneceram pistas, e porque não dizer, testemunhos das concepções pedagógicas de uma determinada época, uma vez que publicaram e fizeram circular quais eram os anseios e as aspirações acerca da instrução para a Província da Parahyba. (MIRANDA, 2012, p. 45).

No que diz respeito aos textos jornalísticos pudemos apreender as disputas políticas que envolviam os cargos públicos, mais especificamente, no que diz respeito aos atos que envolveram a instrução pública e particular na Província da Parahyba do Norte. No jornal *Gazeta da Parahyba* (1889), por exemplo, foi possível observar alguns fatores que envolveram o cotidiano das cadeiras liceais, tais como: o quadro de professores e de alunos; as situações institucionais como nomeações, contratos, jubilações, gratificações, entre outros; os estatutos do Liceu e as providências para concursos.

Podemos citar como exemplo das denúncias sobre favorecimentos no campo da instrução pública, o caso do Dr. Thomas de Aquino Mindello que foi professor de História e Geografia do Externato Normal, e ao ser jubilado⁹ de suas funções “por actos da

⁸ Jornais encontrados nos Arquivos Públicos de João Pessoa (o Instituto Histórico Geográfico Paraibano – IHGP, e o Arquivo dos Governadores: Fundação José Américo). Resultado de trabalho realizado por Souza (2010), em projeto de iniciação científica.

⁹ No dicionário de Pinto (1832), jubilado significa: “consummado, perfeito em saber”, que vem de jubilar – “conseguir demissão honrosa da cadeira”. Aposentado.

presidência”, foi substituído por seu filho Dr. Mindello Junior, formado em Direito,¹⁰ (*Gazeta da Parahyba*, 1889).

Pensar na trajetória das disciplinas escolares tem sido fomento de alguns trabalhos no campo da História da Educação e do Ensino de História no Brasil. E nosso estudo busca percorrer no sentido de coadjuvar no processo de escrita da história da província paraibana, refletindo sobre a sua inserção e alguns exequíveis contatos com as demais províncias do Império Brasileiro, no que tange, por exemplo, a *cultura escolar* planejada para a disciplina de História. Compreendemos o conceito de *cultura escolar* a partir da significação dada por Julia (2001, p. 10) entendida como “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Através das fontes já indicadas, procuraremos através dos discursos dos sujeitos educacionais e da cultura material escolar selecionada para a disciplina de História (presentes nos relatórios dos presidentes da província, por exemplo), podemos refletir acerca de parte do cotidiano escolar, no que diz respeito à área do conhecimento histórico.

Na mesma direção, ou seja, a de que os textos jornalísticos são fontes privilegiadas para compreendermos as disputas políticas e as orientações do pensamento da época, acompanhemos o trecho, abaixo, de artigo jornalístico acerca da importância dos estudos de geografia e história:

[...] vamos nos occupar da indicação do estudo de algumas materias, que, no nosso entender e no daquelles que apreciam, louvam e applaudem todos os melhoramentos introduzidos no ensino primario, - levam ao espirito juvenil grande somma de civilisadores conhecimentos das cousas pátrias, dignas, certamente de serem conhecidas por todos, que nascem sobre a egide das leis, que regem, regulam os povos de nosso bello paiz. Selladas com o cunho dos mais proficuos resultados moraes e intellectuaes, - essas materias, digamos-lo com toda franqueza e imparcialidade, podem e devem ser introduzidas sem perda de tempo no ensino, [...] ellas, á par das demais materias, formarão a synthese da perfeita, verdadeira e solida educação primaria. [...] Fallamos do estudo de noções de geographia e historia pátria, e lições da constituição do império. [...] será um importantissimo serviço prestado á educação popular desta província, cuja mocidade não convém, que esteja por mais tempo adstricta á receber uma educação incompleta, que bem

¹⁰ José Rafael de Menezes faz apontamentos sobre essa formação dos professores secundários, que em grande parte se concentrava no campo jurídico, considerando a Província da Paraíba como “a terra dos bacharéis” (1983, p. 194).

pouco ou quase nada lhe aproveita. [...]. (*Jornal da Parahyba*, 17 de Junho de 1882 - vol I)

O ensino direcionado à instrução primária já atendia (em termos legislativos) noções sobre a história pátria e sobre a constituição imperial.¹¹ Historiograficamente, a recomendação constante sobre notícias jornalísticas está relacionada à ideia de que as mesmas encontram-se rodeadas de interesses políticos. E observando a notícia acima, do final do século XIX, de um jornal considerado conservador,¹² cabe nesse estudo também a leitura do contexto desses sujeitos e seus discursos, à medida que “sugeriam” esses conteúdos que assistem serviços à população e ao país. O que estaria ocorrendo ou quais os descompassos entre as propostas realizadas na legislação educacional e a prática no cotidiano escolar paraibanos? Essa é uma das questões que buscaremos dialogar com o desenvolvimento do trabalho.

Por meio dos relatórios dos presidentes de província procuramos inferir igualmente sobre o debate, influência e os limites da disciplina de História na Paraíba Imperial no Lyceu Provincial, assim como as preocupações com a qualidade do ensino, tanto no que diz respeito à relação professor/aluno, à associação com outras matérias, como pelo domínio do material utilizado.¹³ Em relação aos discentes, por meio dos “mapas”¹⁴ podemos observar quantitativamente as disparidades numéricas em relação aos anos e as diversas cadeiras/matérias oferecidas.

¹¹ Art. 6º: “[...] Para a leitura dos alunos serão preferidas as constituições do Império, o Resumo de História do Brasil [...]” *Lei nº 20* – de 6 de maio de 1837. Art. 46 “[...] as passagens da História do Brasil mais próprias a nos fazer amar a pátria, e conhecer as pessoas célebres pelas suas virtudes, conhecimentos, fatos úteis etc.” *Regulamento* – de 20 de Janeiro de 1849.

¹² Baseamo-nos em resultados do trabalho pesquisa realizada por Peixoto (2013), intitulado “Circulação de livros, compêndios e artefatos escolares pelos espaços de venda e leitura na cidade da Parahyba (1822-1889)” - que desenvolveu um quadro indicando os posicionamentos políticos de jornais paraibanos, com dados no estudo monográfico de Souza (2010), “*A Instrução Paraibana contada através dos impressos jornalísticos do século XIX (1858-1889)*”. João Pessoa: UFPB.

¹³ “Pela Lei Provincial n.12 de 27 de Setembro do anno passado a cadeira de Geographia, Chronologia e Historia foi separada da de Rhetorica e Poetica, que erão então exercidas por um só Professor”. (Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Excellentissimo Presidente da Província o Dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque em 3 de Maio de 1852).

¹⁴ Esses mapas, no geral, eram remetidos com as seguintes informações: nomes dos Professores (de 1.^{as} letras, secundários, particulares, do interior da Província, de Latim, etc); a natureza de seus títulos ou a natureza de seus provimentos (provisão vitalícia, provido interinamente, aposentado, por portaria, provida em, ensina com licença); as matérias ou a “declaração das faculdades que nelle se ensinão” e o número das cadeiras; cadeiras de instrução primária e secundária, públicas e particulares; os “empregados do Lyceo desta Cidade” da Província da Parahyba; declaração das localidades. É possível observar um quadro dos alunos (as) que frequentaram diversas aulas (em termos quantitativos); declaração do número de alunos e alunas referentes a cada ano. A partir de 1860, é possível encontrar o termo *alumnas*; nem todos os mapas (na verdade, a maioria) não faziam a separação quantitativa em

Outra questão que rodeia nossa temática, e que já foi amplamente discutida por diversos pesquisadores, é a ideia do surgimento da História como disciplina e como ensino de História.¹⁵ Não obstante, é necessário destacar que a história ensinada - seja como disciplina ou não, possuía algumas vertentes, entre elas a História santa/sagrada/hagiográfica/bíblica. Esta última se coloca como referência no “plano de estudos” desde o Brasil Colônia, e essa era a ideia de ensino de história para o referido período. Para o século XIX, podemos dizer que o processo de fundamentação da História como ciência, traria assim o aspecto disciplinar, como uma cadeira/matéria escolar.¹⁶ E para além do âmbito religioso dessa disciplina, estava a leitura da Constituição, que unindo forças, essas leituras instigariam, por exemplo, a ordem e a moral (uns dos desejos mais ativos que se esperava que fosse fomentado com a aplicação dos ensinamentos, entre eles o histórico).

Outra questão que nos chama a atenção é a que envolve as ideias de utilidade da instrução pública na Paraíba do Norte:

Talvez a instrução publica secundária fosse mais vantajosa à Província, se tivesse sido organizada com fins práticos, substituídos os estudos clássicos de humanidades pelos que sevem de auxiliarem á industria, ao comércio e a agricultura. Parece-me que haveria menos « letrados», porém augmentaria o numero dos homens uteis ao paiz. Entretanto esse serviço não deve soffrer alteração alguma senão com todas as probabilidades de êxito.

(Relatório apresentado à A.L.P. da Paraíba do Norte no dia 1 de Novembro de 1868 pelo Exm. presidente, Dr. Theodoro Machado Freire Pereira da Silva).

termos de sexo masculino e feminino. Enfim, através dos mapas podemos apreender diferentes caminhos, entre eles, por exemplo, quantos alunos estavam matriculados na cadeira de História, em diferentes períodos.

¹⁵ Para a explicação do nascimento da História como disciplina ver: Bittencourt (2009/2003), Toledo (2005), Chervel (1990), Martins (2002), entre outros.

¹⁶ Em nota (nº 42) Ferronato (2012, p. 76) nos afirma: “Os termos cadeiras e disciplinas, que hoje podemos considerar sinônimos, são, no vocábulo do Oitocentos, designações distintas e complementares no sentido que lhes vimos a dar. Vários documentos se referem, explicitamente, às “disciplinas que compõem uma cadeira”. Por exemplo, a cadeira de História e Geografia era composta por duas disciplinas: a Geografia e a História.” No dicionário de Pinto (1832), cadeira se refere ao “movel que serve para sentar-nos”; Disciplina: “Doutrina. Ensino, criação; Sciencia Arte liberal.” Matéria: “A cousa de que se faz huma obra. Assumpto. A copia do exemplar da escripta nas escolas feita pelo discípulo.” Pelo que percebemos até o momento, diante da documentação, podemos dizer que não havia necessariamente uma regra/definição que os sujeitos educacionais utilizassem como denominação, e que uma de suas formas mais comuns era a adoção de matéria como algo mais específico (como a matéria de História), e cadeira para a ideia de conjunto (conjunto de cadeiras – exemplo: Regulamento nº 30 de 1884, Art. 102: [...] (cadeira) 7º Geographia astronomica, phizica e politica, historia antiga, media, moderna e contemporanea e historia do Brazil). E para a ideia de disciplina, enquanto regulação das mentes e dos corpos, na Paraíba do século XIX, ver Miranda (2012).

Percebemos assim um constante debate entre as ideias do que ensinar como ensinar e porque ensinar a “mocidade paraibana” do século XIX, e a disciplina de História segue nesse processo de luta e legitimação de saberes. Por fim, pretendemos esquadrihar esses discursos acerca da organização e expectativas do ensino na Paraíba Imperial, tendo como ponto de partida a disciplina de História na província paraibana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos finalizar esse texto afirmando que ainda há muito que analisar acerca da configuração dessa cadeira/matéria/disciplina e ensino de História. Comparações com outras províncias são perspectivas futuras para nosso objeto de estudo. Nosso trabalho caminha no intento de contribuir para a escrita da História da Província Paraibana que está inserida nesta História do Império Brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX. Tese. JP: PPGE-UFPB, 2010.

ARIAS NETO, José Miguel. (org.) Dez Anos de Pesquisas em Ensino de História – VI Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História. Londrina: Atrito Art, 2005.

BANDEIRA, Sara Cavalcanti Pinto. Uma História da Leitura: Os Livros Didáticos na Paraíba no Segundo Reinado. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem17/COLE_142.pdf. Acesso em: 31/10/2014.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

BEZERRA, Alcides. A Imprensa na Parahyba. RIHGP. Ano XIV. Vol 5. Parahyba do Norte. 1920.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. Disciplinas escolares: História e Pesquisa. In: História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. Livro didático e saber escolar (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

_____. Ensino de história: fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BORGES, Vavy Pacheco. “História e política: laços permanentes”. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol 12, No. 23/24, 1991/2, p. 7-18.

BURKE, Peter, 1937 - O que é história cultural? / Tradução Sergio Goes de Paula. / 2.ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CASTRO, C. A. Leitura, Impressos e Cultura Escolar. São Luís: EDUFMA, 2010.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução: Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares. Teoria e Educação. Porto Alegre: Pannonica, n. 2, 1990. pp. 177-229.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

CURY, Cláudia Engler. As práticas instrucionais no Liceu Paraibano (1836-1889): a configuração dos planos de ensino e o ensino de História. In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de Hist. da Educ. - Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de Hist. da Educ. Uberlândia: Digital CDVD Ltda. Alan Petrônio, 2006. v. 01. p. 01-08.

CURY, Cláudia Engler. ANANIAS, Mauricéia. A Escola Pública de Instrução Primária Brasileira. Província da Parahyba do Norte: 1822-1849. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 54, p. 115-127, dez. 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.) A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Os projetos de Brasis e a questão da instrução no nascimento do Império. In: Intelectuais e Escola Pública no Brasil: séculos XIX e XX. Vago, Tarcísio Mauro; INÁCIO, Marcilaine Soares; HANDAN, Juliana Cesário; SANTOS, Hercules Pimenta dos. (orgs.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf. Acesso em: 11/05/2014.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884). (Tese de doutorado). João Pessoa: PPGE-UFPB, 2012.

FONSECA, Thais Nivia de Lima. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. O ensino de História no século XIX: a contribuição de historiadores/professores para uma pedagogia da história. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1068.pdf> Acesso: 08/07/2013.

GATTI JR, Décio. A História das Disciplinas Escolares no Brasil: análise dos aspectos teórico-metodológicos e da historiografia educacional. Disponível em: http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/4cpehemg/Textos/pdf/1b_1.pdf. Acesso em: 29/10/2014.

H AidAR, Maria de Lourdes Mariotto. O ensino secundário no Império brasileiro. São Paulo, Grijalbo. Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

JULIA, Dominique. A Cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LE GOFF, Jacques. História. In: *Enciclopédia Einaudi. Memória – História*. Volume I. Edição portuguesa. 1984.

LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARIANO, Nayana R. C.. Ordenar, Civilizar e Instruir: Os Livros Didáticos e a Construção do Saber Escolar no Brasil Oitocentista. Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2006%20-%20Nayana%20R.%20C.%20Mariano.PDF Acesso: 08 de Julho de 2013 às 13:30.

MENEZES, José Rafael de. *História do Lyceu Parahybano*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1983.

MIRANDA, Itacyara Viana. *Instrução, disciplina e civilização: uma perspectiva de leitura acerca das aulas públicas e particulares na Parahyba do Norte (1860-1889)*. Dissertação em História. JP: PPGH-UFPB, 2012.

MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da Imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PESEZ, Jean-Marie. *História da Cultura Material*. In: *História Nova*. LE GOFF, Jacques. CHARTIER, Roger. REVEL, Jacques. (orgs.) tradução Eduardo Brandão. 5ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. *Circulação de livros, compêndios e artefatos escolares pelos espaços de venda e leitura na cidade da Parahyba (1822-1889)*. Monografia (graduação em História) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NA PARAÍBA: história pátria e o ensino de história da Paraíba (1837 a 1914). In: Anais do X Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. 2014.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. CURY, Cláudia Engler. ANANIAS, Mauricéia. As primeiras letras e a instrução secundária na Província da Parahyba do Norte: ordenamentos e a construção da nação. 1836-1884. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.37, p. 238-252, mar. 2010.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade de São Francisco, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

SILVA, Michele Lima da. Padres mestres na Paraíba oitocentista: uma narrativa sobre Frei Fructuoso da Solidade Sigismundo (1839 – 1871). Monografia. UFPB. João Pessoa, 2013.

SOUZA, Thiago Oliveira de. A Instrução paraibana contada através dos impressos jornalísticos do século XIX (1858-1889). Monografia (graduação em História) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

TEIXEIRA, Mariana Marques. Um olhar sobre a configuração da profissão docente na Parahyba Oitocentista (1822-1864). Monografia em História. JP: DH-UFPB, 2009.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. A Disciplina de História no Império Brasileiro. In: Iv Congresso Do Histedbr. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.17, p. 1 - 10, mar. 2005. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis17/art01_17.pdf Acesso: 08/07/2013.

